



ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

**DANILLO E. PINHEIRO CARVALHO
MARINA CUNHA MAGALHÃES**

Advogados

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUÍZ(A) DE DIREITO DA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE RETIROLÂNDIA,
ESTADO DA BAHIA.**

1

Pedido de Gratuidade

RITO ORDINÁRIO

JUCILENE DA ROCHA SILVA, brasileira, maior, aposentada, RG: 02.328.844-20, CPF.: 329.191.745-68, residente e domiciliada a Travessa Belo Horizonte, 191, Retirolândia – BA, CEP: 48.750-000, devidamente representada por seus advogados adiante assinados com mandato incluso, procuração particular, com escritório no Município de Valente e conforme nota de rodapé, vem respeitosamente perante Vossa Excelência nos termos do artigo 93 da Lei Municipal 125/2002, do Código Civil vigente e do art. 37 da CF, propor

AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA

Em face do **MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) tombado sob o número 13.844.220/0001- 43, com sede na Rua Argemiro Evaristo Costa, 177, CEP 48.750-000, Retirolândia/BA, pelos fatos e fundamentos que ora passo a expor.



ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

DANILLO E. PINHEIRO CARVALHO
MARINA CUNHA MAGALHÃES

Advogados

I – DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

A requerente É SERVIDORA MUNICIPAL. ENCONTRA-SE APOSENTADA.
SENDO ASSIM, CONSOANTE DECLARAÇÃO EM ANEXO, ROGA O
DEFERIMENTO DA GRATUIDADE NOS TERMOS DA LEI 1.060/50.

2

II - DOS FATOS

Inicialmente Excelência, importa mencionar que a parte autora era servidora pública municipal. Aposentou – se EM MAIO DE 2024.

Comunicamos que foi **concedido** seu benefício:

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	
Regra de transição com base no Artigo 16 da EC103/2019 (Idade mínima)	
NÚMERO DO BENEFÍCIO	VALOR DO BENEFÍCIO*
221.253.216-9	R\$ 1.412,00
Solicitado em 09/02/2024	Concedido em 15/05/2024
Início do benefício 09/02/2024	Início do pagamento 09/02/2024
DATA DE PAGAMENTO 1º dia útil do mês **	

Nesse sentido, cumpre esclarecer que a Parte Autora não gozou de determinadas licença durante o período de atividade. Ficando pendente também o seu recebimento.

Sendo assim, por não ter usufruído as licenças a que fazia jus, deveria ser contemplada com uma indenização em pecúnia correspondente aos meses das licenças não gozadas. O que não ocorreu.

EM ANEXO, COMPROVANTE DE REQUERIMENTO DA LICENÇA-PREMIO POR ASSIDUIDADE.

FOI ADMITIDA NO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA – 01/02/1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA	RECIBO DE PAGAMENTO DE SALÁRIO
RUA ARGEMIRO EVARISTO DA COSTA - CENTRO - CNPJ - 13.844.220/0001-43	
Funcionário: 163 - JUCILENE DA ROCHA SILVA	Mês/Ano - Maio de 2024
Centro de Custo: 2411 - MANUT.DAS AÇÕES E ATIV DO ENSINO FUND. 70%	
Cargo/Função: AUXILIAR DE SECRETARIA(40H)	
Pis:170.53268.11-8	CPF329.191.745-6E Admissão: 01/02/1995



ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

DANILLO E. PINHEIRO CARVALHO
MARINA CUNHA MAGALHÃES

Advogados

A LEGISLAÇÃO QUE INSTITUI O DIREITO DA AUTORA É DE 2002. ESTÁ EM ANEXO.

PORTANTO, CONSIDERANDO A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL A AUTORA TEM DIREITO A 4 (QUATRO) LICENÇAS-PRÊMIOS.

A AUTORA TEVE TRÊS LICENÇAS DEFERIDAS. **RESTANDO, PORTANTO UM PERÍODO QUINQUENAL SEM GOZO DO RESPECTIVO AFASTAMENTO OU RECEBIMENTO DO VALOR EM PECÚNIA.**

Diante disso, não há outra medida a não ser requerer a intervenção do Estado – Juiz.

III – DO DIREITO

Inicialmente, conclui-se que a pretensão da parte Autora se baseia na interpretação do art. 37, 6º da CF/88 que estatui a responsabilidade objetiva do Estado em razão de dano cometido a terceiros.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”

Embora ocorra a ausência de previsão legal acerca da conversão em pecúnia da licença prêmio não gozada, **entende-se devida essa assertiva, em face da responsabilidade objetiva do ENTE, além da vedação ao enriquecimento sem causa.**

Nesse sentido, a não fruição de um direito nascido em contrapartida ao desempenho de uma função por parte de um servidor enseja o pagamento de uma indenização correspondente ao que receberia acaso dele dispusesse, evitando-se, assim, o enriquecimento ilícito da Administração.



ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

DANILLO E. PINHEIRO CARVALHO
MARINA CUNHA MAGALHÃES

Advogados

Destarte, em face da responsabilidade objetiva da Administração, a referida conversão prescinde da análise da existência ou não de culpa do Órgão acerca do não exercício do direito pelo servidor, sendo medida que se impõe. Sem divergências, nesta linha de exposição se apresenta pacificada a jurisprudência Pátria:

4

“ADMINISTRATIVO, SERVIDOR PÚBLICO. LICENÇA PRÊMIO NÃO GOZADA, CONVERSÃO EM PECÚNIA. APOSENTADORIA. POSSIBILIDADE. JUROS DE MORA. PERCENTUAL. FAZENDA PÚBLICA. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180/2001. Conforme entendimento firmado pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, é devida a conversão em pecúnia da licença-prêmio não gozada e não contada em dobro, quando da aposentadoria, sob pena de indevido locupletamento por parte da Administração Pública. A medida Provisória nº 2.180/2001, que modificou o artigo 1º- F da Lei nº 9.494/97, determinando que os juros moratórios sejam calculados em 6% (seis por cento) ao ano nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores públicos, tem incidência nos processos iniciados após a sua edição. 3. Recurso parcialmente provido.” (REsp 829.911/sc, 6º Turma, Rel. Min. Paulo Gallotti, Dj de 18/12/2006.

RECURSO INOMINADO, SERVIDOR APOSENTADO. LICENÇA PRÊMIO CONVERTIDA EM PECÚNIA. INDENIZAÇÃO DO PERÍODO CORRESPONDENTE. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL COM TERMO INICIAL A PARTIR DO AQTO DE APOSENTARIA. PRECEDENTES TJBA. INCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO NO CASO. DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO. MANTIDA PELOS SEUS FUNDAMENTOS (ART.46 DA LEI Nº 9.099/95). RECURSO CONHECIDO E IMPROVDO. (Recurso inominado, Proc. 8005827-42.2017.8.05.0001, 6º turma recursal, Rel. Paulo Cesar bandeira de Melo Jorge, Tribunal de Justiça da Bahia, DJ de 31/01/2018)

Quanto a prescrição, o início da sua contagem deve ocorrer na data do registro da aposentadoria junto ao Tribunal de Contas do Municípios, não havendo o que se falar em sua incidência.

IV – DO PERÍODO COBRADO



ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

DANILLO E. PINHEIRO CARVALHO
MARINA CUNHA MAGALHÃES

Advogados

A situação da parte Autora está completamente descrita na tabela abaixo.

AUTORA: JUCILENE DA SILVA ROCHA

MATRÍCULA 163

5

DATA DO INGRESSO/ POSSE	DATA DA APOSENTADORIA	PROCESSO ADMINISTRATIVO COM LICENÇA PRÊMIO INDEFERIDA	PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA OBTENÇÃO DOS DOCUMENTOS PROTOCOLO	ÚLTIMA REMUNERAÇÃO DA ATIVA
01/02/1995	15/05/2024	REQUERIMENTO EM ANEXO.	DOCUMENTO EM ANEXO	CONFORME CONTRA-CHEQUE EM ANEXO

V - DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS FINAIS

Por todo o exposto, o(a) autor(a) pede e requer:

- A gratuidade da justiça na forma estabelecida na Legislação que dispõe sobre o rito e processamento do feito.
- TOTAL PROCEDÊNCIA da presente demanda a fim de condenar o MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA, ao pagamento de indenização referente à licença-prêmio não gozada no período laboral da requerente, PERÍODO DE 01/02/1995 A 15/05/2024 **e, assim como, referente a outro período eventualmente não gozado, observando-se o valor da última remuneração em condição ativa e as parcelas remuneratórias habituais;**
- Que seja o valor atualizado monetariamente desde o momento em que era devido, UTILIZANDO-SE O ÍNDICE DE IPCA, como determinado pelo STF, acrescendo-se Juros de mora desde a citação;



ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

DANILLO E. PINHEIRO CARVALHO
MARINA CUNHA MAGALHÃES

Advogados

- d) A isenção do imposto de renda e contribuição previdenciária sobre os valores recebidos, por não ser a conversão em pecúnia da licença prêmio não gozada base cálculo de Imposto de Renda e de Contribuição Previdenciária, em face de sua natureza indenizatória;
- e) A citação do MUNICIPIO para querendo contestar demanda, com as advertências legais;
- f) Declara de antemão que não tem interesse em participar de audiência de conciliação, respondendo a eventual posposta de acordo via petição.
- g) As publicações em nome do patrono que ora subscreve, tudo sob pena de nulidade;
- h) Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos;
- i) Requer a **FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA**.
Atribui-se à causa o valor de R\$ **6.216,00**.
Termos em que, pede e espera deferimento.
Valente-BA, em 21 de fevereiro de 2025.

Danillo Éder Pinheiro Carvalho
OAB/BA nº 29.349

Marina Cunha Magalhães
OAB/BA nº 55.173